



Acionistas aprovam aumento de capital do BRB em até R\$ 8,81 bi

“Taxa das blusinhas” preservou 135 mil empregos, estima CNI

Página 6

Comissão aprova relatório, e PEC da escala 6x1 avança na Câmara

Página 4

Previsão do Tempo

Quinta: Dia de sol com névoa fraca ao amanhecer e à noite.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,96
Venda: 4,96

Turismo
Compra: 4,98
Venda: 5,16

EURO

Compra: 5,81
Venda: 5,81

Aneel aprova reajuste de 9,15% na conta de luz para residências da CPFL Paulista



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Os acionistas do Banco de Brasília (BRB) aprovaram, na quarta-feira (22), a proposta de aumento de capital da instituição estatal, cujo principal acionista é o Governo do Distrito Federal (GDF), que detém 53,7% das ações.

A proposta aprovada durante a Assembleia Geral Extraordinária desta manhã prevê que o banco emita ações ordinárias e preferenciais até o limite de R\$ 8,81 bilhões. Cada ação será emitida por R\$ 5,36 no mercado, para subscrição privada.

A expectativa dos dirigentes do BRB é que, com a emissão de ações, o capital social do banco passe dos atuais R\$ 2,344 bilhões para, no mínimo, R\$ 2,88 bilhões. Já o máximo previsto chegaria a R\$ 11,16 bilhões.

Ainda de acordo com o BRB, o aumento de capital visa a assegurar níveis adequados de capitalização do banco; ampliar a capacidade de crescimento das operações da companhia e reforçar sua estrutura de capital, fortalecendo seus indicadores prudenciais e patrimoniais.

Para viabilizar a proposta, os acionistas autorizaram o Conselho de Administração do banco a tomar todas as providências necessárias ao aumento de capital.

Também foram homologadas na assembleia as nomeações do atual presidente da instituição, Nelson Antônio de Souza, e de Joaquim Lima de Oliveira e de Sergio Iunes Brito para o Conselho de Administração. **Página 3**

Arsesp define novas regras para facilitar quitação de débitos de água e esgoto

Página 2

Anvisa aprova Mounjaro para criança e adolescente com diabetes tipo 2

Página 6

Governo autoriza nomeação de 3.147 aprovados no CNU

Página 3

Esporte

BRB Stock Pro Series supera 160 largadas em Interlagos

A BRB Stock Pro Series volta a um de seus palcos mais tradicionais neste final de semana para a disputa da terceira etapa da temporada 2026. Entre os dias 24 e 26 de abril, no Autódromo José Carlos Pace, em Interlagos, recebe as corridas de número 160 e 161 da história da Stock Pro naquele circuito. Interlagos é o traçado com mais provas da categoria, seguido por Goiânia (GO), que soma 84 largadas.

Após passar por Curvelo (MG) e Cascavel (PR), chega a vez do chamado templo do automobilismo brasileiro “ouvir” o ronco dos novos motores V8 da categoria. As duas primeiras etapas mostraram o equilíbrio do grid, com quatro vencedores diferentes: Enzo Elias (Toyota) e Felipe Fraga (Mitsubishi) triunfaram na etapa mineira, enquanto Guilherme Salas e Nelson Piquet Jr. venceram no oeste paranaense, ambos de Chevrolet. Fraga lidera o campeonato com 218 pontos, seguido por Enzo Elias (191) e Felipe Massa (183),

que competem a bordo de um Toyota Corolla Cross e um Chevrolet Tracker, respectivamente.

Histórico Interlagos

Com 4.309 metros de extensão e 15 curvas no traçado de sentido anti-horário, Interlagos é um dos circuitos mais desafiadores do calendário. A pista mais emblemática da América do Sul é completa: possui subidas, descidas, duas longas retas e curvas famosas, como as do S do Sena. Por isso, Interlagos é o circuito favorito de muitos pilotos.

Desde a estreia da Stock no local, em 13 de maio de 1979, prova vencida por Alfonso Giaffone Jr. a bordo de um Opala, o autódromo já recebeu 159 corridas. O maior vencedor da História é Ingo Hoffmann, com 26 primeiros lugares, seguido por Chico Serra (15) e Paulo Gomes (13). Entre os pilotos em atividade, Ricardo Maurício é o principal destaque, com oito triunfos em Interlagos (2007, 2010, 2017, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023), consolidando-se

como o atual “Rei da Pista”.

Hoffmann também lidera o ranking histórico de pódios, com 55 presenças entre os três primeiros, à frente de Chico Serra (29) e Paulo Gomes (28). No grid atual, os maiores frequentadores do pódio no traçado paulistano são Cacá Bueno (18), Ricardo Maurício (16) e Thiago Camilo (15).

O melhor tempo de classificação da história pertence a Felipe Fraga, com 1min36s922 na classificação de 2019 com Chevrolet Cruze. Já a volta mais rápida em corrida é de Ricardo Maurício, com 1min36s058, também em 2019 com Chevrolet Cruze. Na atual geração de SUVs, os recordes são de Fraga (1min36s922 na classificação, em 2025) e Gaetano Di Mauro (1min37s920 em corrida, em 2025), ambos com o Mitsubishi Eclipse Cross da Eurofarma RC.

A etapa mais recente em Interlagos, disputada em dezembro de 2025, teve Guilherme Salas (Chevrolet) na pole position, com vitória de Felipe Fraga (Mitsubishi) na corrida sprint e de Arthur Leist (Toyota) na prova



Autódromo de Interlagos recebe as provas 160 e 161 da história da Stock Pro Series

principal, evidenciando o equilíbrio da categoria.

Além da Stock Pro Series, o fim de semana contará com a terceira etapa do TCR South America/TCR Brasil Banco BRB, além da abertura das temporadas da Stock Light e da BRB Fórmula 4 Brasil.

Felipe Fraga lidera o campeonato após duas etapas, com 218 pontos somados. O piloto da Euro-

farma RC venceu a corrida principal em Curvelo e, mesmo sem subir ao pódio em Cascavel, manteve a consistência ao conquistar bons pontos nas duas provas, com um oitavo e um quarto lugares, respectivamente, resultados que garantiram ao piloto de Tocantins a manutenção na liderança na tabela.

“Estou muito ansioso para correr em Interlagos novamente

com os novos motores V8. Estou feliz com o início da temporada, o carro tem se mostrado muito competitivo, mas sabemos que será um desafio, principalmente com o lastro de 30 quilos.* A ideia é manter esse ritmo, focar no campeonato e somar o máximo de pontos possível”, comentou Fraga.

*Desde 2020, para equilíbrio da categoria, os líderes do campeonato da BRB Stock Pro Series levam um lastro adicional no carro.

A Band transmitirá, ao vivo, a prova sprint no sábado (25), a partir das 13h30, e a corrida principal no domingo (26), a partir das 12h. Além da transmissão em TV aberta, o canal por assinatura BandSports também exibirá ambas as provas. No YouTube, o canal Stock Car Channel transmitirá as corridas, assim como a classificação, que será realizada no sábado (24), às 8h45. Outra transmissão que exibirá tanto as corridas quanto a classificação é o Terra, que desde Cascavel é o novo Media Partner da categoria.

BRB Fórmula 4 Brasil abre temporada em Interlagos



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Categoria-escola do automobilismo nacional credenciada pela FIA (Federação Internacional do Automóvel), a BRB Fórmula 4 Brasil dá início à temporada 2026 no próximo final de semana, entre os dias 24 e 26 de abril, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo. Consolidada internacionalmente como a prin-

Uma das provas da última etapa, em Interlagos, foi disputada embaixo de chuva

cipal porta de entrada para jovens pilotos no automobilismo de monopostos, a competição inicia mais um campeonato reunindo novos talentos e equipes tradicionais do cenário nacional. Em 2025, o título ficou com Heitor Dalagnol, após uma temporada bastante equilibrada. O jovem campeão de 16 anos já partiu para uma carreira internacional: disputa em 2026 o Eurocup-3, pela Palou Motorsports.

A Fórmula 4 é uma categoria criada pela FIA para ser o primei-

ro degrau para jovens pilotos após terminarem seus ciclos no kartismo. Podem participar competidores a partir dos 15 anos de idade, todos com um objetivo em vista: o campeão da temporada conquista 12 dos 40 pontos necessários para a obtenção da Superlicença da FIA, credencial obrigatória para competir na Fórmula 1.

O formato do fim de semana conta com três treinos livres oficiais e a sessão classificatória na sexta-feira. No sábado, serão dis-

putadas as corridas 1 e 2, enquanto no domingo acontece a corrida 3. Com patrocínio do Banco BRB, Petrosbras e Abarth, o grid da versão disputada no Brasil é formado por pilotos locais e argentinos.

Todas as corridas da F4 Brasil serão transmitidas ao vivo pelo BandSports, na TV por assinatura, e na internet, pelos canais de YouTube do Terra, Esporte na Band e pelo canal oficial da Fórmula 4 Brasil.

Arsesp define novas regras para facilitar quitação de débitos de água e esgoto

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) definiu novas diretrizes para facilitar o pagamento de contas de água e esgoto em atraso em todo o estado. Na última quinta-feira (16), a agência publicou uma nova norma com regras mais claras e justas para a cobrança, renegociação e parcelamento dessas tarifas. A medida vale para todas as concessionárias reguladas pela Arsesp e busca, além de simplificar a quitação de débitos, evitar o aumento excessivo das dívidas e garantir mais proteção ao consumidor.

“A norma representa um avanço importante, respondendo a uma demanda da sociedade por mais transparência e equilíbrio nas cobranças, além de incorporar formas mais modernas de pagamento. Ela demonstra o resultado de uma regulação forte e responsável, alinhada às necessidades da população”, afirma o diretor-presidente da Arsesp, Diego Domingues.

A deliberação da Arsesp, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), foi construída com a participação da sociedade. A Agência manteve consulta pública de 6 a 20 de março de 2026, com o objetivo de receber contribuições, reforçando a transparência e a participação social no processo regulatório.

Com a nova regra, passam a existir limites claros para a co-

brança de encargos: multa de até 2% sobre o valor em atraso, juros de até 1% ao mês e correção pelo IPCA, sendo proibida a cobrança de juros sobre juros. Na prática, isso impede que a dívida cresça de forma desproporcional ao longo do tempo.

A norma também fortalece o direito à informação. Antes de fechar qualquer acordo, o consumidor deverá receber, de forma clara, todos os detalhes da negociação, como valor total da dívida, encargos aplicados, número de parcelas, valor final e condições de pagamento, o que permite uma decisão mais consciente.

Outra mudança importante é a ampliação das formas de pagamento, que passam a incluir, além da fatura regular, opções como Pix e cartão de crédito. Também será possível incluir parcelas di-



Com a nova regra, passam a existir limites claros para a cobrança de encargos e fortalece o direito à informação

retamente na conta mensal. A medida traz mais flexibilidade e facilita a organização financeira do usuário.

A deliberação garante ainda o direito de antecipar o pagamento da dívida, com redução proporcional de juros e encargos, e

verão ser aprovadas previamente pela Arsesp e divulgadas de forma transparente nos canais de atendimento. Com isso, a Agência reforça sua atuação na fiscalização e assegura que os consumidores tenham acesso a regras claras e iguais para todos.

Outro ponto relevante é que, enquanto um débito estiver sob análise da Arsesp, ficam suspensas as medidas administrativas de cobrança relacionadas a esse valor, garantindo mais segurança ao usuário durante o processo.

Com a iniciativa, a Arsesp reforça seu papel na defesa do consumidor e na regulação de serviços essenciais, promovendo mais equilíbrio nas relações entre usuários e concessionárias e contribuindo para que a população mantenha o acesso regular aos serviços de água e esgoto. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Quando verdadeiros(as) cristãos, vereadores e vereadoras testemunham O Ensino de Jesus [O Cristo]. “Não há nada encoberto que não venha a ser Revelado, nem oculto que não venha a ser conhecido” ... e Julgado

PREFEITURA (São Paulo)
Quando verdadeiros(as) cristãos, prefeitos(as) e secretários(as) testemunham O Ensino de Jesus [O Cristo]. “Não há nada encoberto que não venha a ser Revelado, nem oculto que não venha a ser conhecido” ... e Julgado

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Quando verdadeiros(as) cristãos, deputados(as) estaduais testemunham O Ensino de Jesus [O Cristo]. “Não há nada encoberto que não venha a ser Revelado, nem oculto que não venha a ser conhecido” ... e Julgado

GOVERNO (São Paulo)
Quando verdadeiros(as) cristãos, governadores e secretários(as) testemunham O Ensino de Jesus [O Cristo]. “Não há nada encoberto que não venha a ser Revelado, nem oculto que não venha a ser conhecido” ... e Julgado

CONGRESSO (Brasil)
Quando verdadeiros(as) cristãos, deputados(as) e senadores(as) testemunham O Ensino de Jesus [O Cristo]. “Não há nada encoberto que não venha a ser Revelado, nem oculto que não venha a ser conhecido” ... e Julgado

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Quando verdadeiros(as) cristãos, presidentes e vice-presidentes testemunham O Ensino de Jesus [O Cristo]. “Não há nada encoberto que não venha a ser Revelado, nem oculto que não venha a ser conhecido” ... e Julgado

PARTIDOS (Brasil)
Quando verdadeiros(as) cristãos, dirigentes nos partidos políticos testemunham O Ensino de Jesus [O Cristo]. “Não há nada encoberto que não venha a ser Revelado, nem oculto que não venha a ser conhecido” ... e Julgado

JUSTIÇAS (Brasil)
Quando verdadeiros(as) cristãos, os(as) profissionais nas carreiras jurídicas testemunham a Justa Justiça [de Jesus - O Cristo]. “Não há nada encoberto que não venha a ser Revelado, nem oculto que não venha a ser conhecido”

ANO 34
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (SP) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Ora, o mesmo Senhor da paz vos dê sempre paz de toda maneira. O Senhor seja com todos vós" 2 Tessalonicenses 3:16

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Universitários podem participar de processo seletivo de transferência para a USP

Quem está regularmente matriculado em cursos de graduação de qualquer instituição de ensino superior pode participar do exame de transferência para cursos da USP. As inscrições estão abertas no site da Fuvest neste link até o dia 5 de maio para o processo de pré-seleção no 2º semestre de 2026 e no 1º semestre de 2027. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 228 e, ao término da inscrição pelo site, é gerado um boleto que deve ser pago até o dia do vencimento na rede bancária.

São 933 vagas, das quais 124 serão destinadas exclusivamente a candidatos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que concorrerão entre si. Podem se candidatar à transferência alunos regularmente matriculados, em 2026, em cursos de graduação de qualquer instituição de ensino superior, inclusive da USP.

O exame será dividido em duas etapas: a pré-seleção, de

caráter geral, a cargo da Fuvest, e a seleção, com base em conteúdos específicos, sob responsabilidade das diversas unidades da USP, que publicará até 10 de abril seus respectivos editais com informações a respeito das provas de seleção.

Previsto para ser aplicado presencialmente em 17 de maio, o exame de pré-seleção constará de prova constituída de 80 questões de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais o candidato deverá indicar apenas uma como correta. Serão avaliados os conhecimentos do candidato em várias disciplinas, no nível correspondente ao que é ministrado no ano inicial de cursos de graduação, conforme a área em que o curso pretendido se insira:

para os candidatos aos cursos da área de Humanidades, serão apresentados 34 testes de Língua Portuguesa, 12 testes de Língua Inglesa e 34 testes de conhecimentos sobre Cultura



Foto/Divulgação/Governo de SP
Processo de pré-seleção é no 2º semestre de 2026 e no 1º semestre de 2027

Contemporânea; para os candidatos aos cursos da área de Ciências Exatas, serão apresentados 24 testes de Língua Portuguesa, 12 testes de Língua Inglesa, 22 testes de conhecimentos em Matemática e 22 testes de conhecimentos em Física;

para os candidatos aos cursos da área de Ciências Biológicas, serão apresentados 24 testes de Língua Portuguesa,

12 testes de Língua Inglesa, 22 testes de conhecimentos em Genética e 22 testes de conhecimentos em Bioquímica.

A divulgação da lista de convocados para a segunda etapa da seleção será feita no dia 26 de maio.

Para mais informações, acesse o Guia de Transferência na página do processo de transferência em <https://www.fuvest.br/transferencia> (Governo de SP)

Academia de Finanças abre inscrições para atendimento gratuito

Moradores e microempreendedores interessados em planejar melhor o uso do dinheiro ou entender caminhos possíveis para reduzir dívidas podem participar de uma nova edição da Academia de Finanças, iniciativa da Prefeitura de São Paulo. Nos dias 24 e 25 de abril e 08 de maio, serão oferecidas consultorias individuais e gratuitas, conduzidas por planejadores financeiros certificados pela Planejarr, nos TEIAs (espaços de trabalho colaborativos) em Santo Amaro, Heliópolis, Cidade Tiradentes, Cachoeirinha, Vergueiro e Itaquera. As datas, horários e locais podem ser consultados no site da ADE SAMPÁ. A inscri-

ção deve ser feita até um dia antes da atividade.

Na prática, as dicas dos planejadores financeiros mostram que existem outros caminhos para sair das dívidas sem recorrer ao banco. Um empreendedor pode, por exemplo, reavaliar seus contratos e as despesas fixas para ajustar o fluxo de caixa. Entre os casos atendidos nas edições passadas da Academia de Finanças, há pessoas que entenderam que a saída seria analisar a rentabilidade dos produtos e mudar o foco do negócio para o que gerava mais margem. A decisão, aparentemente simples, revela um deslize comum entre pequenos empreendedores: crescer

em volume sem necessariamente crescer em lucro.

A consultoria também já ajudou empreendedores a criar estratégias comerciais mais assertivas para girar estoque parado e transformar produtos em liquidez imediata, evitando novos financiamentos. Para isso, os participantes recebem materiais educativos e orientações práticas para desenvolver planos financeiros mais eficientes e saudáveis. A iniciativa também incentivava a formação de redes de apoio comunitário voltadas à educação financeira e à cooperação entre empreendedores locais.

“A Academia de Finanças auxilia os paulistanos a constru-

ir uma relação mais saudável com o dinheiro e se converte em uma oportunidade de aprendizado e autonomia para quem empreende, quer quitar dívidas e planejar o futuro com mais segurança”, declara o secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Rodrigo Goulart.

Iniciativa da Prefeitura de São Paulo, a Academia de Finanças é executada pela ADE SAMPÁ (Agência São Paulo de Desenvolvimento) em parceria com a Planejarr (Associação Brasileira de Planejadores Financeiros), que disponibiliza planejadores certificados com a credencial Internacional CFP® (Certified Financial Planner). (Prefeitura de SP)

Governo amplia estratégia de vacinação contra chikungunya e inicia ação em Bady Bassitt



Foto/Divulgação/Governo de SP

O Governo de São Paulo iniciou na quarta-feira (22) a ampliação da estratégia de vacinação contra a chikungunya no município de Bady Bassitt, na região de São José do Rio Preto. A ação segue o modelo do projeto-piloto implementado em Mirassol, em fevereiro, que marcou o início da imunização no país com a vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde (SES), em parceria com a farmacêutica franco-austriaca Valneva.

A vacina contra a chikungunya foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em abril de 2025 e também possui autorização para uso no Canadá, no Reino Unido e na União Europeia. Estudos clínicos indicam que o imunizante é bem tolerado, com eventos adversos predominantemente leves a moderados,

além de induzir resposta imunológica após uma única dose.

Na primeira etapa, a vacina foi aplicada de forma estratégica em 10 municípios de quatro estados, selecionados pelo Ministério da Saúde com base em critérios epidemiológicos, tamanho populacional e viabilidade operacional para a introdução do imunizante em curto prazo. Em Mirassol, foram aplicadas 5.415 doses até esta terça-feira (21/4).

A segurança e a capacidade da vacina de induzir a produção de anticorpos foram comprovadas em estudos clínicos realizados no Brasil e nos Estados Unidos, com resultados publicados em revistas científicas internacionais. Nos ensaios norte-americanos, cerca de 99% dos voluntários apresentaram resposta imunológica com anticorpos neutralizantes.

As contra-indicações seguem as orientações da bula aprovada pela Anvisa, incluindo pessoas imunodeficientes ou imunossuprimidas, gestantes e indivíduos com hipersensibilidade a componentes da vacina.

Para avaliar a efetividade do imunizante em condições reais, o Instituto Butantan fará o acompanhamento dos casos de chikungunya nos municípios participantes, comparando os dados entre pessoas vacinadas e não vacinadas.

A Secretaria reforça a importância de que a população esteja atenta aos sintomas da doença, como febre associada à dor nas articulações e no corpo, e procure uma unidade de saúde para diagnóstico e acompanhamento adequados.

A chikungunya é uma doença viral transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, também responsável pela transmissão da dengue e da Zika. Os principais sintomas incluem febre alta de início súbito e dores intensas nas articulações, que podem se tornar crônicas e persistir por meses ou anos. Não há tratamento antiviral específico, e o cuidado é baseado em repouso, hidratação e uso de analgésicos e antitérmicos.

Em 2025, foram confirmados 7.952 casos de chikungunya e sete óbitos no estado de São Paulo. Já neste ano, até 21 de abril, foram 616 casos e dois óbitos. (Governo de SP)

Acionistas aprovam aumento de capital do BRB em até R\$ 8,81 bi

Os acionistas do Banco de Brasília (BRB) aprovaram, na quarta-feira (22), a proposta de aumento de capital da instituição estatal, cujo principal acionista é o Governo do Distrito Federal (GDF), que detém 53,7% das ações.

A proposta aprovada durante a Assembleia Geral Extraordinária desta manhã prevê que o banco emita ações ordinárias e preferenciais até o limite de R\$ 8,81 bilhões. Cada ação será emitida por R\$ 5,36 no mercado, para subscrição privada.

A expectativa dos dirigentes do BRB é que, com a emissão de ações, o capital social do banco passe dos atuais R\$ 2,344 bilhões para, no mínimo, R\$ 2,888 bilhões. Já o máximo previsto chegaria a R\$ 11,16 bilhões.

Ainda de acordo com o BRB, o aumento de capital visa a assegurar níveis adequados de capitalização do banco; ampliar a capacidade de crescimento das operações da companhia e reforçar sua estrutura de capital, for-

telecendo seus indicadores prudenciais e patrimoniais.

Para viabilizar a proposta, os acionistas autorizaram o Conselho de Administração do banco a tomar todas as providências necessárias ao aumento de capital. Também foram homologadas na assembleia as nomeações do atual presidente da instituição, Nelson Antônio de Souza, e de Joaquim Lima de Oliveira e de Sergio Lúcia Brito para o Conselho de Administração.

Crise institucional

Criado em 1964, o BRB enfrenta uma crise institucional sem precedentes em sua história. Ao deflagrar a primeira fase da Operação Compliance Zero, em novembro de 2025, a Polícia Federal expôs um esquema de fraudes financeiras, tornando público que o BRB teve um prejuízo bilionário ao adquirir créditos do Banco Master.

O controlador do Master, Daniel Vorcaro está preso desde o início de março deste ano, e os

desdobramentos da investigação resultaram no afastamento e na prisão do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa (PHC). O ex-executivo é suspeito de envolvimento em crimes financeiros, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Na segunda-feira (20), o BRB anunciou que assinou um memorando de entendimento com a empresa gestora de fundos de investimentos Quadra Capital para se desfazer de ativos comprados do Banco Master.

A gestora se comprometeu a pagar, à vista, entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões pelos créditos que o BRB adquiriu do Master, e mais R\$ 11 bilhões ou R\$ 12 bilhões, a depender dos resultados alcançados na cobrança destes títulos.

A operação de cobrança dos créditos será feita por um fundo de investimento para a gestão e monetização dos ativos, do qual o BRB e a Quadra terão ações. A negociação ainda precisa ser analisada pelo Banco Central (BC). "Obviamente, o fundo de in-

vestimento a ser estruturado vai ter que performar. A Quadra só fará os pagamentos das parcelas restantes se o fundo obtiver retorno. Ou seja, se ela conseguir receber, dos devedores, ao menos parte considerável dos créditos que o BRB comprou do Master", disse o economista e professor da Universidade de Brasília, César Berço, à Agência Brasil.

Com larga experiência no setor financeiro, Berço acredita que, se aprovado, o acordo entre BRB e a Quadra pode "atenuar" a crise do banco público, mas não resolverá a situação.

"É um negócio que possibilita ao BRB respirar um pouco, por aparelhos, mas serão necessários outros ações. E, por isso, ele está pedindo [mais de R\$ 6 bilhões] de empréstimo ao Fundo Garantidor de Créditos [FGC] e sinalizando a intenção de implementar uma administração austera, com uma possível mudança da estratégia de negócios", finalizou Berço. (Agência Brasil)

Aneel aprova reajuste de 9,15% na conta de luz para residências da CPFL Paulista

A conta de luz dos clientes atendidos pela CPFL Paulista (Companhia Paulista de Força e Luz) ficará mais cara após aprovação de novos valores pela diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em decisão tomada na quarta-feira (22).

Para consumidores residenciais, o reajuste será de 9,15%. Considerando todas as categorias atendidas pela distribuidora, o impacto médio estimado é de 12,13% nas tarifas.

A mudança vale para mais de 5 milhões de unidades consumidoras distribuídas em 234 municípios do estado de São Paulo, incluindo cidades do interior e do litoral. Os novos valores passam a vigorar depois da publicação da decisão no Diário Oficial da União.

Os índices de reajuste variam dependendo do perfil de consumo:

- Residências: aumento médio de 9,15%
- Consumidores em baixa tensão (casas e pequenos comércios): alta média de 9,25%
- Consumidores em alta tensão (indústrias e grandes empresas): aumento médio de 18,75%

O valor final, porém, varia conforme o consumo mensal e a bandeira tarifária vigente.

O efeito médio da alta tensão, de acordo com a Aneel, refere-se às classes A1 (maior ou

igual a 230 kV), A2 (de 88 a 138 kV), A3 (69 kV) e A4 (de 2,3 a 25 kV). Para a baixa tensão, a média engloba as classes B1 (residencial e subclasse residencial baixa renda), B2 (rural: subclasses, como agropecuária, cooperativa de eletrificação rural, indústria rural, serviço público de irrigação rural), B3 (industrial, comercial, serviços e outras atividades, poder público, serviço público e consumo próprio) e B4 (iluminação pública).

Segundo a agência reguladora, o aumento aprovado foi parcialmente reduzido por um mecanismo chamado diferimento tarifário. Esse recurso permite adiar parte dos custos para reajustes futuros, diminuindo o impacto imediato nas contas atuais.

O reajuste anual ocorre mesmo em anos sem revisão completa do contrato das distribuidoras. Nesse processo, são atualizados principalmente custos com compra de energia, despesas com transmissão, encargos que financiam políticas públicas do setor elétrico e correção pela inflação prevista no contrato. Esses fatores são repassados ao consumidor por meio da tarifa.

O aumento vale para todos os clientes atendidos pela CPFL Paulista, incluindo residências, comércios, pequenas indústrias, propriedades rurais e iluminação pública. (Folhapress)

Energia solar em Itaipu tem potencial para dobrar capacidade da usina

O reservatório de água da usina de Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai, na Região Sul do país, possui cerca de 1,3 mil quilômetros quadrados (km²) de perímetro, com quase 170 km de extensão, desde a barragem até o lado oposto, e uma largura média de 7 km entre as margens direita e esquerda.

Toda a capacidade hidrelétrica contida na área inundada do Rio Paraná, que move turbinas que geram até 14 mil megawatts (MW) de energia elétrica, também pode ser aproveitada para gerar eletricidade a partir de painéis solares instalados justamente sobre o espelho d'água. Esse é o experimento que vem sendo estudado por técnicos brasileiros e paraguaios desde o fim do ano passado.

Ao todo, foram instalados 1.584 painéis fotovoltaicos em uma área de menos de 10 mil metros quadrados (m²) sobre o lago, a apenas 15 metros de um trecho da margem no lado paraguaio, com profundidade de aproximadamente 7 metros.

Uma planta solar de Itaipu tem capacidade de gerar 1 megawatt-pico (MWp), unidade de medida para a capacidade máxima de geração de energia. Essa energia é equivalente ao consumo de 650 casas e só é utilizada para consumo interno, sem comercialização e sem ligação direta com a rede de geração hidrelétrica.

Na prática, o objetivo atual da "ilha solar" de Itaipu é funcionar como um laboratório de pesquisa para futuras aplicações comerciais. Os engenheiros envolvidos no projeto analisam todos os aspectos, como a interação das placas com o ambiente, incluindo eventuais impactos no comportamento de peixes e algas, na própria temperatura da água, influência dos ventos sobre o desempenho dos painéis, a estabilidade da estrutura, dos flutuadores e da ancoragem com o solo.

A ideia, no futuro, é expandir a geração de energia elétrica por esta via, algo que precisará ser atualizado no próprio Tratado de

Itaipu, assinado em 1973 entre Brasil e Paraguai e que viabilizou a colossal obra de engenharia compartilhada.

"Se falarmos em um potencial bem técnico, uma área de 10% do reservatório, coberta com placas solares, seria o mesmo que outra usina de Itaipu, em termos de capacidade de geração. Claro que isso não está no plano, pois seria uma área muito grande e depende ainda de muitos estudos, mas mostra o potencial dessa pesquisa", apontou o superintendente de Energias Renováveis da Itaipu Binacional, Rogério Meneghetti.

Estimativas preliminares indicam que seriam necessários pelo menos quatro anos de tempo de instalação para atingir uma geração solar de 3 mil megawatts (algo como 20% da capacidade instalada da hidrelétrica atualmente).

O investimento é de US\$ 854,5 mil (cerca de R\$ 4,3 milhões na cotação atual). As obras de instalação foram tocadas por um consórcio binacional formado pelas empresas Sunlition (brasileira) e Luxacril (paraguaia), vencedor da licitação.

A diversificação de fontes de energia na Itaipu Binacional não se limita aos estudos em energia solar, mas envolve projetos comuns com hidrogênio verde e baterias.

Essas iniciativas estão em desenvolvimento no Itaipu Parquetec, um ecossistema de inovação e tecnologia, criado em 2003 pela Itaipu Binacional em Foz de Iguaçu (PR). Com uma parceria de universidades e empresas públicas e privadas e já formou mais de 550 doutores e mestres em diferentes áreas.

Ali, funciona o Centro Avançado de Tecnologia de Hidrogênio, que desenvolve o hidrogênio verde. O hidrogênio é denominado "verde", ou sustentável, porque ele pode ser obtido sem emissão de gás carbônico (CO₂), causador do efeito estufa e, por consequência, do aquecimento global.

A técnica usada no Itaipu Parquetec é o processo da ele-

trólise da água, que promove a separação dos elementos químicos a partir de moléculas como a da água (H₂O), por meio do uso de equipamentos em processos químicos automatizados feitos em laboratórios.

O hidrogênio verde é versátil e pode servir como insumo sustentável para a cadeia de produção industrial, incluindo siderúrgica, química, petroquímica, agrícola, alimentícia entre outras, e como combustível para o mercado de energia e transporte. Em Itaipu, uma planta de produção do hidrogênio verde serve como uma plataforma para desenvolvimento de projetos-piloto.

"Nós somos uma plataforma tecnológica, então trabalhamos para atender, por exemplo, projetos de pesquisa [científica] ou projetos para indústria nacional. Existem algumas empresas nacionais que estão fazendo seus desenvolvimentos de carreta [movida] a hidrogênio, de ônibus a hidrogênio, por exemplo. Aqui é o lugar para testar e validar esses projetos", explica Daniel Cantani, gerente do Centro de Tecnologia de Hidrogênio do Itaipu Parquetec.

Uma dessas iniciativas foi apresentada durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, quando um barco movido a hidrogênio, a partir de uma pesquisa no Itaipu Parquetec, foi entregue para atuar na coleta seletiva das comunidades ribeirinhas no entorno da capital paraguaia.

Outro destaque do Itaipu Parquetec é um centro de gestão energética, que alavanca pesquisas na área de desenvolvimento de células e protótipos para fabricação e reaproveitamento de baterias, para o armazenamento de energia, especialmente em sistemas estacionários, voltados para empresas ou outras estações fixas, que demandam, por exemplo, uma reserva energética.

A Itaipu também vem apostando na geração de biogás a

partir de resíduos orgânicos gerados pelos restaurantes espalhados por diferentes alas da usina e de materiais apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA-Vigiagro), em fiscalização de fronteira.

Tudo isso, em vez de ser descartado em aterro, transforma-se em biogás e biometano.

A convite da Itaipu Binacional, a Agência Brasil acompanhou, no último dia 13 de abril, a reinauguração da Unidade de Demonstração de Biocombustíveis que fica no complexo da usina. O local é gerido pelo Centro Internacional de Energias Renováveis (CI-Biogás), uma empresa fundada por Itaipu voltada a soluções na área de biocombustível limpo.

Por um processo de biodigestão realizado em grandes tanques, alimentos oriundos de contrabando e outros resíduos orgânicos gerados na região são transformados em combustível limpo, capaz de abastecer carros que circulam dentro de Itaipu, abastecidos por meio de cilindros de gás instalados nos veículos.

Em quase nove anos de operação, segundo a usina, foram processadas mais de 720 toneladas de resíduos orgânicos, volume que resultou na geração de biometano suficiente para percorrer cerca de 480 mil quilômetros, o equivalente a 12 voltas ao redor da Terra.

A planta também desenvolve, de forma experimental, o bio-syn-crude, um óleo sintético que pode ser usado na produção de SAF (Combustível Sustentável de Aviação, na sigla em inglês).

"Eu acredito que nos próximos 10 anos, nós vamos ver muito sobre os combustíveis avançados. Vamos ouvir muito sobre o hidrogênio, sobre o SAF, inclusive por conta da lei de combustíveis futuro, que vem aí com mandato. Biometano e SAF são assuntos do momento", destaca Daiana Gotardo, diretora técnica do CIBiogás. (Agência Brasil)

Governo autoriza nomeação de 3.147 aprovados no CNU

O MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) autorizou a nomeação de 3.147 candidatos aprovados na segunda edição do CNU (Concurso Nacional Unificado) na quarta-feira (22).

Cada órgão federal beneficiado é responsável por gerir suas próprias convocações e posses. Entre as 34 instituições contempladas, o próprio MGI concentra o maior volume de vagas, com 1.250 oportunidades, destinadas principalmente a cargos que podem atuar em mais de um órgão ou entidade da administração pública federal. Em segundo lugar aparece o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), com 300 vagas.

A lista completa de todos os cargos pode ser consultada no seguinte link: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mgi-n-3.356-de-17-de-abril-de-2026-700572753>.

VEJALISTADE VAGAS POR ÓRGÃO

- Ancine (Agência Nacional do Cinema): 10 vagas;
- ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis): 16 vagas;
- Anac (Agência Nacional de Aviação Civil): 70 vagas;
- Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações): 50 vagas;
- ANM (Agência Nacional de Mineração): 80 vagas;
- ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar): 20 vagas;
- Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários): 30 vagas;
- ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres): 50 vagas;
- Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária): 14 vagas;
- IN (Imprensa Nacional): 14 vagas;
- MCID (Ministério das Cidades): 15 vagas;
- C.Aer (Comando da Aeronáutica): 90 vagas;
- C.Ex (Comando do Exército): 131 vagas;
- CM (Comando da Marinha): 140 vagas;
- HFA (Hospital das Forças Armadas): 127 vagas;
- MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar): 64 vagas;
- Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): 60 vagas;

- MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura): 32 vagas;

- Fundação Centro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho): 65 vagas;

- MTr (Ministério do Turismo): 8 vagas;

- MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos): 1.250 vagas;

- ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação): 50 vagas;

- FCP (Fundação Cultural Palmares): 10 vagas;

- Funarte (Fundação Nacional das Artes): 28 vagas;

- Fundaj (Fundação Joaquim Nabuco): 20 vagas;

- FBN (Fundação Biblioteca Nacional): 14 vagas;

- Enap (Fundação Escola Nacional de Administração Pública): 21 vagas;

- Ibram (Instituto Brasileiro de Museus): 28 vagas;

- MF (Ministério da Fazenda): 30 vagas;

- MIDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional): 10 vagas;

- INCA (Instituto Nacional do Câncer): 78 vagas;

- INC (Instituto Nacional de Cardiologia): 75 vagas;

- Into (Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia): 94 vagas;

- IEC (Instituto Evandro Chagas): 28 vagas;

- Cenp (Centro Nacional de Primatas): 25 vagas;

- INSS (Instituto Nacional do Seguro Social): 300 vagas;

O governo criou o CNU como o objetivo de recompor o quadro de servidores, em um contexto de redução de quadros nos últimos anos e de expectativa de mais de 70 mil aposentadorias no serviço público federal até 2030.

O CNU registrou em sua primeira edição 48,4% das pessoas aprovadas eram mulheres e 40,5% das pessoas negras, indígenas, quilombolas ou com deficiência. Além disso, os aprovados vêm de 578 cidades diferentes, em todos os estados mais o Distrito Federal.

BRB capta R\$ 3 bilhões com emissão de título garantido pelo FGC e ganha fôlego, diz presidente

O presidente do BRB (Banco de Brasília), Nelson Antônio de Souza, afirma que o banco captou R\$ 3 bilhões por meio da venda de um título de renda fixa com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos).

Chamado de DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial), esse título auxilia instituições financeiras de porte pequeno e médio a captar recursos. Os compradores costumam ser gestoras de recursos dedicadas a administrar patrimônios e fundos de investimento.

As regras e os limites para a emissão do título estão previstos em resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional), de 2013, que trata do regulamento do FGC. Souza disse à reportagem que

os recursos deram fôlego de liquidez ao banco junto com a operação fechada recentemente com a Quadra Capital. O acordo previu a transferência de R\$ 15 bilhões a um fundo, gerido pela Quadra, de ativos que tiveram origem no Master. A operação incluiu o pagamento à vista de R\$ 3 bilhões em títulos.

Souza explicou que a captação desses recursos funciona, na prática, como se fosse uma venda de um CDB (Certificado de Depósito Bancário), que também tem garantia do FGC.

"O FGC já está ajudando porque nós fizemos um DPGE, que é um depósito especial, com taxas de juros melhores", disse o executivo. Ele manifestou confiança de que o FGC aceitará conceder uma

linha de empréstimo de R\$ 6,6 bilhões para o aumento de capital do banco. Os acionistas do BRB aprovaram nesta quarta-feira (22), em assembleia geral extraordinária, um aumento de capital da instituição de até R\$ 8,8 bilhões.

A ação busca cobrir o rombo deixado por operações com o Banco Master de Daniel Vorcaro. Como mostrou a Folha de S. Paulo, o governo do Distrito Federal ainda não tem dinheiro em caixa para aporte e busca alternativas.

Uma das alternativas é um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões feito pelo FGC. "Eu já estou em tratativas bem avançadas, por exemplo, com o FGC. Contratamos um adviser [empresa que dá aconselhamento para a tomada de decisão estratégica], que está traça-

lhando isso diariamente lá", disse o presidente do BRB.

Segundo ele, o ex-governador do DF, Ibáncio Rocha, fez um pedido de R\$ 4 bilhões e a atual governadora, Celina Leão, demandou mais R\$ 2,6 bilhões ao FGC. Para o capital, o BRB também trabalha com a criação de fundo de investimento imobiliário, com o apoio do governo do DF, e a venda de uma subsidiária do BRB.

Pelo cronograma do BRB, o aporte, chamado tecnicamente de integralização de capital, terá que ser feito até o dia 29 de maio. "Vamos abrir um prazo para os acionistas se manifestarem. Vai ter um prazo para que eles sejam diluídos na operação de aporte de capital." (Folhapress)



MedCoF Educação S.A.

CNPJ nº 34.185.732/0001-15

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024. Balanço Patrimonial table with columns for 2025 and 2024, showing assets and liabilities.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Table showing changes in equity components like capital, reserves, and dividends for 2025 and 2024.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO. Income statement table for 2025 and 2024, detailing operational results, expenses, and net income.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO. Section 1: Informações gerais. Section 2: Base de preparação. Section 3: Resumos das principais políticas contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL. Detailed balance sheet table with columns for Nota, 2025, 2024, and 2024, listing various assets and liabilities.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABREANGENTE. Detailed income statement table for 2025 and 2024, including adjustments and other income.

1. Informações gerais. A Mendocis Analise Genômica S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 19 de agosto de 2011, no município de Araçatuba, SP, no Brasil. 2. Base de preparação. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a NBC T 1000 (R1) - Contabilidade para empresas e médias empresas.

Comissão aprova relatório, e PEC da escala 6x1 avança na Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (22) o relatório favorável à tramitação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da jornada 6x1. O texto agora seguirá para uma comissão especial que discutirá o mérito da proposta, com o desfecho final da mudança do limite de horas semanais que as empresas podem exigir de seus empregados.

O projeto [do Plano] chegou ontem, mas vamos seguir o cronograma da PEC. Vamos aguardar o resultado da comissão especial. O projeto [do Plano] chegou ontem, mas vamos seguir o cronograma da PEC. Vamos aguardar o resultado da comissão especial.

MEDELANS ANÁLISE GENÔMICA S.A.

Relatório da Diretoria - Exercícios finis em 31/12/2025. (Em milhares de reais - R\$). Detailed financial statement table for Medelans Análise Genômica S.A. for 2025 and 2024.

David Schlesinger; André Castillo Valim; João Paulo Fumio Whitaker Kitajima; Fernando Ko; Ana Paula Rosalem Senise Chastner. Conselho de Administração: Laércio José de Lucena Costentino; David Schlesinger; João Paulo Fumio Whitaker Baptista; André Castillo Valim; Thozias Andrade Conde; Juliana Ulbrico Rodrigues Tubino.

dar sair da CCJ, escolheremos presidente e relator. [da comissão especial] com data para chegar a plenário", afirmou Motta, na semana passada. A expectativa dos deputados da base do governo é a de que Motta instale a comissão especial ainda na quarta (22) e que os integrantes sejam indicados pelas bancadas até o fim de abril.

PRF registra 84 mortes e 1.167 feridos nas estradas durante feriado. O período do feriado de Tiradentes registrou 84 mortes e 1.167 feridos nas estradas federais, segundo balanço parcial divulgado na quarta-feira (22) pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Foram 1.022 sinistros de trânsito ao longo dos cinco dias de feriado.

Um em Formosa (GO), onde a colisão frontal entre uma van e um caminhão, na BR-020, deixou oito mortos. Os feridos foram encaminhados para hospitais da região. O segundo acidente grave ocorreu na cidade mineira de Salinas, na BR-251. A colisão entre um carro e um caminhão deixou seis pessoas mortas.

“Taxa das blusinhas” preservou 135 mil empregos, estima CNI

MEC Livros: biblioteca digital já tem mais de meio milhão de usuários



Mais de 566 mil pessoas já se cadastraram na plataforma literária disponibilizada pelo Ministério da Educação (MEC), o MEC Livros. Cerca de 263 mil obras já foram alugadas desde o lançamento, no dia 6 de abril.

O aplicativo disponibiliza mais de oito mil títulos de autores nacionais e internacionais que podem ser alugados gratuitamente por qualquer pessoa que tenha uma conta Gov.br.

“A iniciativa contribui para preservar o patrimônio literário, ao mesmo tempo em que democratiza o acesso à literatura, incentiva o hábito de leitura, promove a integração de novas tecnologias na educação e apoia as práticas pedagógicas”, diz o MEC.

Os cinco livros mais lidos na plataforma são, nesta ordem: Crime e Castigo, de Fiódor Dostoiévski; A Cabeça do Santo, de Socorro Acioli; Sem Despedidas, de Han Kang;

A Vegetariana, da mesma autora e Harry Potter e a Pedra Filosofal, de J.K. Rowling.

Como acessar

Para ler os livros disponíveis, basta acessar o site/ou o

aplicativo do MEC/Livros e fazer o login com a conta do Gov.br.

O aplicativo está disponível para Android, computadores e também tem integração com o portal Gov.br.

Na primeira página, já aparece uma lista de livros disponíveis, organizados por categorias como “Em Alta”, “Best-Sellers”, “Autores Clássicos Brasileiros”, entre outras.

Ao clicar na capa da obra que deseja pegar emprestado, há a opção de ler o resumo sobre a obra no botão “Mais informações”. Após clicar nesse botão, abrirá uma nova página que contém o botão “Emprestar e Ler”, basta selecioná-lo e o livro estará à disposição para leitura.

Os livros devem ser devolvidos em 14 dias, quando o usuário pode optar pela renovação do empréstimo pelo mesmo período ou pela devolução do título.

Segundo o MEC, estão sendo implementadas melhorias para permitir a devolução a qualquer tempo, além da possibilidade de habilitar essa função a partir de 90% da leitura, ampliando a autonomia do usuário na gestão dos empréstimos. (Agência Brasil)

Apesar de impopular, a cobrança de imposto sobre compras internacionais de pequeno valor, conhecida como “taxa das blusinhas”, teve efeitos positivos para o país, revelou levantamento divulgado na quarta-feira (22) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo a entidade empresarial, a medida ajudou a conter importações, preservou mais de 100 mil empregos e movimentou a economia brasileira. Bilhões de reais em produtos estrangeiros deixaram de ser comprados, ao mesmo tempo em que o imposto reforçou o caixa da União, disse a confederação.

A CNI calculou os efeitos do Imposto de Importação, com base no valor médio das remessas em 2025, comparando o volume de importações projetado pela confederação para o ano passado e o valor que foi efetivamente registrado.

Principais números do levantamento: R\$ 4,5 bilhões em importações evitadas; 135,8 mil empregos preservados no país;

R\$ 17,7 bilhões que circulariam na economia brasileira;

Queda de 10,9% no número de encomendas internacionais de 2024 a 2025;

Recuo de 23,4% no número de remessas no primeiro semes-



tre de 2025 em relação ao primeiro semestre de 2024, antes da entrada em vigor;

Arrecadação de R\$ 1,4 bilhão com o imposto em 2024, e de R\$ 3,5 bilhões, em 2025.

De acordo com a CNI, a tributação reduziu a concorrência desleal dos produtos importados, principalmente da China, dando fôlego à indústria brasileira.

“O objetivo principal da ‘taxa das blusinhas’ não é tributar o consumidor, mas proteger a economia. Tornar a indústria brasileira competitiva é primordial para que nós possamos manter empregos e gerar renda”, afirmou em nota Marcio Guerra, superintendente de Economia da CNI.

“Ninguém aqui é contra as importações. Elas são bem-vindas, aumentam a competitividade, mas é preciso que entrem no Brasil em condições de

igualdade”, acrescentou.

Como funciona a taxa

A medida estabelece a cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50. A regra entrou em vigor em agosto de 2024, dentro do programa Remessa Conforme, criado para regulamentar o comércio eletrônico internacional.

Na prática, o imposto é cobrado no momento da compra, o que facilita a fiscalização e reduz fraudes.

Efeito nas importações

Com a nova regra, o volume de encomendas caiu:

Em 2024, foram 179,1 milhões de remessas para o Brasil;

Em 2025, o número recuou para 159,6 milhões.

Sem a taxação, a projeção da indústria era de que o número

chegaria a mais de 205 milhões de pacotes, o que mostra o impacto direto da medida na redução das compras no exterior.

Antes da mudança, produtos importados de baixo valor muitas vezes entravam no país sem pagar todos os tributos, enquanto itens nacionais eram taxados normalmente.

Segundo a CNI, isso gerava uma concorrência desigual. Com a nova regra, há maior equilíbrio entre produtos nacionais e estrangeiros.

Combate a fraudes

A CNI complementa que a “taxa das blusinhas” também inibiu práticas como subfaturamento, divisão de pedidos e uso indevido de isenções, que eram comuns antes da taxação.

Com o novo sistema, as plataformas internacionais precisam informar e recolher os impostos no ato da venda, o que aumenta o controle e reduz irregularidades.

Impacto econômico

Além de reduzir importações, a medida elevou a arrecadação federal com importações de pequeno valor, que passou de R\$ 1,4 bilhão em 2024 para R\$ 3,5 bilhões em 2025.

Para a indústria, informou a CNI, o principal efeito é a proteção da produção nacional, com manutenção de empregos e geração de renda no país. (Agência Brasil)

Inscrições para vagas remanescentes do Fies vão até 29 de abril

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo das vagas remanescentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) referente ao primeiro semestre de 2026. O prazo começou na quarta-feira (22) e segue até o dia 29 de abril.

A inscrição é gratuita e deve ser feita na página do programa no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC).

O edital com as regras foi publicado pelo MEC no dia 6 de abril.

O resultado será divulgado no dia 7 de maio. Nos dias 8 a 11 de maio, os pré-selecionados deverão validar as informações na própria instituição de ensino superior para a qual se candidataram, por meio da entrega física ou digital da documentação exigida.

O Fies tem chamada única e lista de espera. Os estudantes que não forem pré-selecionados estarão automaticamente na lista de espera para preenchimento das vagas não ocupadas, observada a ordem de classificação. A pré-seleção da lista de espera ocorrerá de 15 a 29 de maio.

Fies

Com o objetivo de promover

a inclusão educacional, o programa federal financiou, desde 2001, a graduação em instituições de educação superior privadas com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

São dois processos seletivos regulares, um para o primeiro semestre e outro para o segundo semestre do ano letivo, além de seleções para vagas remanescentes.

Requisitos

Os candidatos em obter o financiamento estudantil devem atender aos seguintes requisitos:

Participação em uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de 2010; Média aritmética das notas nas cinco provas igual ou superior a 450 pontos;

Nota na redação superior a zero; Renda familiar mensal bruta por pessoa de até três salários mínimos;

Condições de atingir a frequência mínima exigida para o primeiro semestre de 2026 no curso escolhido, que é de 70% de presença.

A classificação no processo seletivo do Fies seguirá a ordem decrescente das notas obtidas

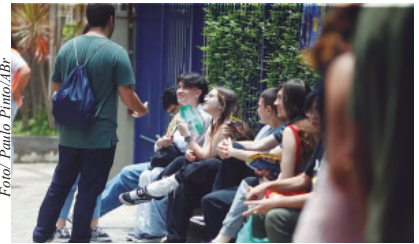


Foto: Paulo Pinto/ABR

para os candidatos no Enem, com prioridade para os candidatos que não concluíram o ensino superior e/ou não foram beneficiados pelo financiamento estudantil.

É vedada a concessão de novo financiamento do Fies a candidatos que não tenham quitado o financiamento anterior pelo Fies ou pelo Programa de Crédito Educacional ou que se encontrem em período de utilização do financiamento.

Cotas

O edital do processo seletivo reserva 50% das vagas para o Fies Social, lançado em 2024 para reforçar o papel social do finan-

ciamento estudantil. Para concorrer, os candidatos devem ter inscrição ativa no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) e renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo.

A modalidade lançada pelo MEC permite financiamento de até 100% dos encargos educacionais cobrados pela instituição de ensino superior.

Também há cotas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, em proporção à população desses grupos em cada estado. Essa reserva aplica-se tanto no Fies como no Fies Social. (Agência Brasil)

Anvisa aprova Mounjaro para criança e adolescente com diabetes tipo 2



Foto: Vitor Camparini/ABR

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na quarta-feira (22) o uso do medicamento Mounjaro para tratar diabetes tipo 2 em crianças a partir de 10 anos. Até então, a indicação era apenas para uso adulto.

Em nota, a Anvisa informou que as demais indicações do medicamento permaneceram para uso adulto. “A única mudança foi a ampliação da população-alvo para tratamento de diabetes, que era apenas de uso adulto e agora passa a ser de uso pediátrico”.

O Mounjaro é um dos diversos medicamentos da classe dos agonistas do receptor GLP 1, popularmente conhecidos como canetas emagrededoras.

Manipulação

Na próxima semana, a diretoria colegiada da Anvisa discute uma proposta de instrução normativa sobre procedimentos e requisitos técnicos que tratarão da manipulação de canetas emagrededoras.

A nova norma fará parte de

um conjunto de estratégias que integram o plano de ação anunciado no último dia 6, composto por medidas regulatórias e de fiscalização relacionadas a esse tipo de medicamento.

Grupos de trabalho

Na semana passada, a agência publicou portarias que criam dois grupos de trabalho para dar suporte à atuação da autarquia no controle sanitário e garantir a segurança de pacientes que utilizam canetas emagrededoras.

O primeiro grupo, formalizado pela Portaria 488/2026, será formado por representantes do Conselho Federal de Farmácia (CFF), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Federal de Odontologia (CFO).

Já a Portaria 489/2026 institui o segundo grupo, que vai acompanhar e avaliar a implementação de um plano de ação proposto pela Anvisa e subsidiar a tomada de decisão da diretoria colegiada a partir da proposição de medidas de aprimoramento. (Agência Brasil)

Conferência na Colômbia discute menor uso de combustíveis fósseis

Representantes de cerca de 60 países e governos locais, povos indígenas, comunidades tradicionais, organizações sociais, cientistas e diplomatas se reunirão na cidade de Santa Marta, na Colômbia, a partir desta sexta-feira (24), para a 1ª Conferência Internacional sobre Transição para Longos Combustíveis Fósseis.

O encontro tem como objetivo principal reunir subsídios que auxiliem na elaboração do Mapa do Caminho para uma transição energética, que diminua cada vez mais a dependência global de combustíveis fósseis.

Promovida pelos governos da Colômbia e da Holanda, a conferência funcionará como um espaço para aprofundar debates de forma horizontal e democrática.

“Não se destina a servir como um órgão de negociação, nem constitui parte de qualquer processo ou iniciativa formal de negociação, e não se destina a substituir a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas [UNFCCC, na sigla em inglês]”, informam os organizadores.

A programação prevê debates organizados em três eixos:

Superação da dependência econômica. Transformação da oferta e da demanda, e

Promoção da cooperação internacional e diplomacia climática.

Também está prevista a criação de uma coalizão de países dispostos a iniciar um processo concreto de transformação por meio da troca de experiências e iniciativas financeiras, fiscais e regulatórias implementadas nacionalmente.

Além de diálogos setoriais, a programação terá o lançamento de um Painel Científico para Transição Energética e uma assembleia de pessoas. A Cúpula de líderes ocorrerá nos dias 28 e 29 de abril, quando a Plenária Geral será encerrada.

O Mapa do Caminho é uma proposta brasileira lançada em novembro de 2025, durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA).

Na capital paraense, sem consenso para o que o tema entrasse para o documento final da COP30, 80 países apoiaram a ideia de construir uma estratégia global para longo dos combustíveis fós-

seis.

Com previsão de entrega em novembro, até a COP31, em Antália, na Turquia, o Mapa do Caminho está em pleno processo de construção. Atualmente, a presidência brasileira da COP analisa as contribuições recebidas em uma chamada pública internacional, encerrada em 10 de abril.

Passados cinco meses do lançamento da proposta, reafirmamos o interesse pelo debate países que juntos representam uma grande fatia do mercado de combustíveis fósseis, como Austrália, Canadá, México, Noruega e a União Europeia. Entre os países que não pretendem participar, estão Estados Unidos, China e Índia.

Com uma forte mobilização social favorável à proposta no Brasil, diversas organizações apresentaram contribuições. Desde povos indígenas, até redes que representam centenas de instituições.

Na avaliação do especialista em Conservação do WWF-Brasil, Ricardo Fujii, a delegação brasileira chega à Conferência de Santa Marta com a oportunidade de exercer um papel estratégico na construção de consensos e na

transformação de iniciativas globais em ações efetivas.

“Em um momento de instabilidade internacional, a liderança brasileira pode ajudar a articular esforços formais e informais, fortalecendo a cooperação climática e entregando respostas concretas para a sociedade”, diz.

A iniciativa da Colômbia, um dos países que integram o território da Amazônia, também foi destacada pelas organizações sociais.

A coordenadora de Oceanos do Greenpeace Brasil, Mariana Andrade, considera simbólico que a primeira conferência internacional para discutir transição energética justa aconteça na região, em um momento em que as tentativas de exploração de petróleo na Foz do Amazonas representam um alerta.

“Explorar petróleo e gás na Amazônia terá significativas consequências socioambientais locais e globais, já que o bioma é essencial para manter o equilíbrio climático do mundo. Em Santa Marta, esperamos que os países reforcem a urgência de barrar a expansão da indústria fóssil na Amazônia antes que os danos sejam irreversíveis”, conclui. (Agência Brasil)